



Mudanças Climáticas: Mais Barato Agir do que Ignorar

Marli T. Santos¹

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável, especialista em Marketing e Comunicação da The Nature Conservancy

Recebido em 15.02.2010

Aceito em 28.04.2010

RESENHA

STERN, Nicholas. *et al.* **Stern Review on the Economics of Climate Change**. London: HM Treasury, 2006. 579 p. Consultado em novembro de 2009 em http://www.hm-treasury.gov.uk/stern_review_report.htm

A publicação contém um relatório técnico de 579 páginas, elaborado em pouco mais de um ano, de julho de 2005 a outubro de 2006, por uma equipe de 21 pessoas liderada pelo economista Nicholas Stern, a pedido do governo inglês. Nicholas Stern é economista e professor titular da London School of Economics and Political Science (LSE) e foi economista-chefe e vice-presidente do Banco Mundial entre 2000 e 2003. Atuou ainda como conselheiro econômico do governo inglês. Nessa época foi recrutado por Gordon Brown, ministro das finanças do Reino Unido (Chancellor of the Exchequer), hoje primeiro ministro, para escrever um relatório sobre os impactos das mudanças climáticas na economia, que resultou neste texto conhecido como relatório Stern. Nicholas Stern continua discutindo o tema em eventos internacionais e lançou em abril de 2009 o livro “Blueprint for a safer Planet.

O objetivo da obra foi produzir um relatório independente para avaliar as evidências sobre as mudanças climáticas e construir um entendimento sobre os seus reais impactos na economia. Os custos dos impactos das mudanças climáticas e os custos das ações para reduzir as emissões dos gases do efeito estufa foram analisados com o emprego de diversas técnicas, modelos e abordagens econômicas. A equipe do relatório usou, por exemplo, técnicas de desagregação, como análise dos impactos das mudanças climáticas na economia, na vida humana e no meio ambiente, com a verificação de custos das diferentes tecnologias e estratégias para reduzir as emissões.

O relatório possui seis partes, as primeiras três partes do relatório analisaram as evidências dos impactos das mudanças climáticas na economia e os custos da estabilização dos níveis de gases do efeito estufa na atmosfera. As três últimas analisaram as respostas políticas a essas ameaças, com a verificação

dos complexos desafios das políticas ligadas ao gerenciamento da transição para uma economia de baixa emissão de carbono.

Nas primeiras três partes do relatório há o alerta de que as ações da humanidade nos próximos 10 ou 20 anos podem ter um profundo efeito no clima na segunda metade deste século e no próximo. O nível atual do gás carbônico (CO_2) na atmosfera é equivalente a 430 partes por milhão (ppm), quase o dobro das 280 ppm existentes antes da revolução industrial. Essa concentração já tem causado hoje um aquecimento médio mundial de $0,5^\circ\text{C}$ e causará um aquecimento adicional de $0,5^\circ\text{C}$ nas próximas décadas, por causa da inércia do sistema climático. Mesmo se as emissões anuais não aumentarem além dos níveis atuais, o estoque de gases do efeito estufa na atmosfera chegará a dobrar em relação aos níveis da era pré-industrial, chegando a algo entorno das 550 ppm de CO_2 até o ano de 2035. Com esse nível há no mínimo 77% de chance de a temperatura global exceder os 2°C . Sob o cenário tradicional do “Business as Usual” (sem intervenções) há 50% de risco de a temperatura da terra aumentar 5°C em média durante as próximas décadas. Isto levará o ser humano para um território desconhecido.

A estabilização das concentrações de CO_2 na atmosfera exigirá corte profundo das emissões, uma redução absoluta de 80% das atuais emissões anuais. Os custos para atingir esses cortes dependem de um número de fatores, mas de uma forma geral são estimados em 1% do Produto Interno Bruto mundial para estabilizar o nível de CO_2 entre 500 a 550 partes por milhão (ppm).

O relatório diz que as mudanças climáticas ameaçam os elementos básicos da vida das pessoas, em termos de acesso à água, de produção de alimentos, de saúde e o do uso da terra e do meio ambiente. Alguns eventos, como o derretimento de geleiras, trarão o risco de enchentes e de redução do suprimento de água. Além disso, as mudanças climáticas são uma ameaça para os países em desenvolvimento e um obstáculo para as metas de redução da pobreza.

Para minimizar os efeitos das mudanças climáticas, a publicação recomenda a implantação de ações coletivas internacionais em duas áreas principais. A primeira área é a implantação de ações de mitigação

(como a precificação do carbono com impostos altos, a criação de um mercado de carbono efetivo, investimentos para dar suporte a iniciativas de baixa emissão de carbono, desenvolvimento e difusão de tecnologia limpas e ações para reverter as tendências de desmatamento). A segunda área recomendada é a implantação de ações de adaptação. A adaptação será crucial na redução das vulnerabilidades causadas pelas mudanças climáticas e é o único caminho para enfrentar, nas próximas décadas, os impactos que já são inevitáveis.

Nas conclusões, a equipe do relatório é enfática ao afirmar que os benefícios de ações para conter as mudanças climáticas são maiores do que os custos associados a elas. As ações de mitigação, vistas dessa forma, são um investimento para evitar consequências severas em todos os níveis. Se o investimento for feito de forma sábia, os custos das ações serão gerenciáveis e criarão diversas oportunidades para o crescimento econômico e desenvolvimento. Para que haja eficiência nas ações, as políticas criadas precisam dar sinal de que lidarão com falhas de mercado, equidade e mitigação de riscos nos seus custos. Ignorar as mudanças climáticas irá eventualmente comprometer o crescimento econômico numa escala similar à depressão de 1929 e será difícil ou impossível de reverter essas mudanças.

O trabalho foi realizado com base no levantamento de informações de pesquisas já publicadas sobre o tema. No que se refere aos assuntos que ainda não tinham sido pesquisados o suficiente, a equipe do Relatório Stern contratou profissionais especializados e os incumbiu de produzir o conhecimento necessário. Outra maneira de reunir contribuições foi a abertura de um espaço para submissões de contribuições sobre o tema, o que ocorreu no período de 10 de outubro de 2005 a 15 de janeiro de 2006. Durante o período de levantamento de dados, os membros do Relatório Stern visitaram países-chave e instituições, incluindo o Brasil, Canadá, China, União Européia, Alemanha, Índia, Japão, México, Noruega, Rússia, África do Sul e Estados Unidos. O trabalho envolveu interação da equipe executora com mais 100 cientistas, tomadores de decisão, empresários e organizações não-governamentais em todo o mundo.

O texto é bastante técnico nas partes iniciais, com linguagem voltada para os iniciados na economia, mas ao mesmo tempo ele é capaz de envolver um leitor leigo no assunto. A segunda parte traz uma análise menos técnica e mais política, que cativa os leitores interessados no assunto. O texto apresenta repetições, principalmente quando se trata de reforçar uma convicção ou idéia de que ações mitigadoras precisam ser tomadas nos próximos dez anos, como se quisesse reforçar a urgência do assunto.

A quantidade de pesquisas científicas mencionadas no texto e o uso de modelos econômicos emprestaram confiabilidade ao trabalho e provocaram debates em todos os países. Isso ocorreu especialmente porque os impactos e custos das mudanças climáticas foram explicitados de forma clara e assustaram aqueles que ainda duvidavam do aquecimento global e de seus efeitos. Mesmo assim, o trabalho liderado por Stern foi criticado por alguns economistas, especialmente no que se refere à taxa de desconto utilizada nos cálculos e por ser considerado um relatório mais político do que técnico. As críticas resultaram em muitos artigos de resposta publicados pela equipe do relatório. De uma forma geral, o texto foi produzido para tomadores de decisão nos diversos níveis, técnicos de governos, dirigentes de ONGs e para acadêmicos.

